MÁRIO DE CAMPOS

TENENTE CORONEL DO CORPO DO ESTADO MAIOR
PROFESSOR DA ESCOLA MILITAR

PORTUGAL

NA

QUADRELA FLAMENGA

ATRAVÉS DUMA VELHA AMIZADE:
DAS CRUZADAS Á GRANDE GUERRA

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1920

NICIPAIS DE LISBOA
69+493)/

4202

136

C-7

7202

Ao seu antigo discípulo e
Camarada Tenente José
Maria de Magalhães
Afectuosa lembrança de
Mário de Campos
Lut. 25-II-1934

PORTUGAL

NA

QUADRELA FLAMENGA

327 (469+493)
CAN

BIBLIOTECA DULCE FERRÃO
OFERTA - 31 JAN. 2001

MÁRIO DE CAMPOS

TENENTE CORONEL DO CORPO DO ESTADO MAIOR
PROFESSOR DA ESCOLA MILITAR

PORTUGAL

NA

QUADRELA FLAMENGA

ATRAVÉS DUMA VELHA AMIZADE:
DAS CRUZADAS Á GRANDE GUERRA

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

16541
137110

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1920

327(469+493)

DO AUTOR:

Reconhecimentos Militares — 1899.

Guerra Anglo-Boer — 1904.

Uma Aplicação Militar da Geologia — 1904.

Exército Suísso — 1907.

A Cavalaria Portuguesa na Guerra da Península (*Menção Honrosa no Concurso Literário Comemorativo do 1.º Centenário da Guerra Peninsular)* — 1908.

Desenho Panoramico Militar *(Obra adoptada nas Escolas Militares do Rio de Janeiro e Buenos-Aires)* — 1908.

A Guerra nos Balkans. *A obra do marechal von der Goltz e o seu insucesso. A lição dos factos* — 1912.

Introdução ao Estudo dos Casos Concretos — Problemas Tácticos sobre a Carta — 1914.

Estudos Geográfico-Militares — 1917.

Ratificação do Juramento de Bandeiras e Comemoração Centenária da Morte de Gomes Freire. *(Escola de Guerra)* — 1917.

As Regiões Naturais da Península Ibérica — 1918.

Rápido Bosquejo da Grande Guerra (1914-1918). — Nos Campos de Batalha. — Nas Chancelarias. — O Nosso Papel — 1919.

1914-1918

DEDICO ESTAS PÁGINAS SIMPLES AOS QUE NA TERRA FLAMENGA NOBILITARAM O NOME PORTUGUÊS E O DA ESCOLA DE GUERRA, QUE OS FEZ SOLDADOS

Consagrando o resultado das campanhas de Luís XIV, o tratado de Aix-la-Chapelle de 1668 encorporava no território francês, com um fragmento do Hainaut, a parte da Flandres conhecida geralmente pelo denominação de Flandres francesa, e que hoje constitui, com pequena diferença, o departamento do Norte, tendo por capital a brilhante e gloriosa Lille.

Foi neste torrão, privilegiado pela natureza e pela história, que as tropas portuguesas, que se integraram na formidável Frente oposta pelos Aliados à brutal invasão teutónica, colaboraram, pelo seu heroísmo, neste drama sem precedentes

que a historiografia já crismou com a designação, hoje clássica, de «Grande Guerra».

Singular destino tem tido na história europeia esta leira da grande Terra Intermédia, que, estendendo-se entre as duas nações mais guerreiras do continente, tinha de ser, pela fatalidade da sua posição, o recanto do mundo mais impregnado de sangue humano.

Um distinto escritor, o Sr. Dumazet, que palmilhou minudentemente a Flandres francesa, querendo dar-nos uma idea das recordações militares que lhe andam ligadas, faz-nos subir à pequena eminência de Mons-en-Pévèle (a Mons-en-Puelle das velhas crónicas regionais) para dali, como de um observatório incomparável, avistarmos o mais sugestivo panorama que pode imaginar-se pela riqueza das evocações que desperta — panorama só comparável ao que se desdobra em tôrno do monte Kemmel ou pela ampla veiga da Lombardia, onde até as mais pequenas aldeias têm, nos seus anais de san-

gue, a lembrança das devastações e das conquistas.

¿Mas que vem a ser essa colina de Mons-en-Pévèle?

Foi ali, com efeito, que as bravas milícias comunais da velha Flandres sofreram uma grave derrota, inflingida pelas tropas de Filipe o *Belo*, de França, em 1304. O rei desforrava-se, por êste modo, da terrível lição que a cavalaria francesa, dois anos antes, sofrera perto de Courtrai, onde as falanges dos mesteirais flamengos tinham aniquilado o escol da aristocracia francesa na famosa Jornada das Esporas.

Pois é precisamente daquele ponto, tam justamente célebre, que o espectador pode descobrir ao longe, e em tôrno, o monte Cassel, onde três grandes batalhas se feriram, com sorte vária, entre flamengos e príncipes franceses — Filipe I, Filipe de Valois e Filipe de Orleans, o irmão de Luís XIV; Bouvines, onde Filipe Augusto esmagou, em 1214, a coligação anglo-germano-flamenga, acorrentando à sua

suserania o Conde Fernando de Flandres, o Ferrand dos cronistas flamengos, que ali honrou pela sua coragem o nome português; Lens, em que o grande Condé alcançou a famosa e decisiva vitória que encerrou a guerra dos Trinta Anos; Denain, onde Villars, em 1712, quási pôs têrmo à guerra da Sucessão de Espanha, batendo estrondosamente os Imperiais e os Holandeses, e salvando a França da invasão; Fontenoy (1745), de cavalheiresca memória, onde o marechal de Saxe, depois de convidar os ingleses a romper o fogo — Après vous, Messieurs les Anglais — aniquilou a coligação anglo-austro-holandesa.

E depois, esbatendo-se a diversas distâncias, Tourcoing, onde os exércitos da Revolução se cobriram de glória; Courtrai, que presenciou a vergonhosa Jornada das Esporas (1302); o planalto de Bapaume, para alêm de Douai, que nos recorda a vitória de Faidherbe sôbre os alemães em 1871; a floresta de Saint-Amand, que viu cair o heróico Dam-

pierre, e onde se consumou a traição de Dumouriez; e, daqui até ao Escalda, os povoados enumeráveis que os exércitos revolucionários balizaram na sua marcha; e, finalmente, as colinas do Hainaut, em cujo recinto se encerram Wattignies e Malplaquet, que nos evocam uma vitória de Jourdan (1793) e uma derrota do marechal de Villars (1709).

A Grande Guerra veio inscrever novas recordações no circuito sangrento que se avista do mirante natural de Mons-en--Pévèle: Lens e La Bassée, testemunhas das colisões heróicas da batalha das Flandres (Outubro de 1914); ainda uma vez Lens, investida pelos ingleses (Abril-Agosto de 1917); Vimy, cujas cristas dominam os plainos de Lens e de Douai, escalada pelas fôrças britânicas em Abril de 1917; Loos e Neuve-Chapelle (que foi o centro do Sector português), onde se feriram os singulares combates (Setembro de 1915) em que se assinalou a bravura inglesa, registando-se já os primeiros como dos mais adequados para o estudo da fisio-

nomia e características do combate moderno; Roubaix, Tourcoing e Lille, forçados a ceder sem resistência à fúria da invasão germânica, e Cambrai e Bapaume, depois de encarniçada luta (fins de Agosto de 1914), sendo esta última recobrada pelos franceses na primavera de 1917, em que se pronunciou o brusco recuo dos alemães; e, em remate, para não alongar esta enumeração trágica, Armentières e La Lys, que deram o seu nome à célebre batalha onde se incrusta o sangrento episódio de La Couture, em que os alemães se despenharam sôbre os nossos soldados sem munições e aferrados ao solo, e de que nós, portugueses, podemos dizer, como Francisco I em Pavia, que se alguma coisa se perdeu, a honra, essa, ficou intacta.

Mas a Flandres francesa, testemunha de tantos heroísmos, recebeu a primeira onda germânica já depois de quebrada de encontro ao admirável e diamantino baluarte que lhe ofereceram os corações belgas. Baluarte de aço que teve na his-

tória da humanidade um papel único: o de sustar uma irrupção de fúria ainda não vista, durante o tempo precisamente indispensável para que, atrás dêsse baluarte, as fôrças da Entente, surpreendidas pelo ataque inopinado, pudessem organizar as primeiras resistências.

E foi, graças a êste papel de incomparável abnegação, que a Bélgica, chave, a um tempo, da França e da Gran-Bretanha, tornou possível essa vitória das fôrças morais, que é a primeira batalha do Marne.

Mercê dêsse sacrifício, o novo Attila encontra ainda nos Campos Cataláunicos a terrível desilusão que o fez precipitar dos píncaros da sua ambição imensurável no resvaladoiro da derrota final, implacável e redentora.

Apesar de dito e repetido tantas vezes, não será ainda descabido suscitar à evocação do leitor êsses dias e essas pugnas extraordinárias que fizeram da Bélgica uma Nação-Cristo, nem registar o preço pelo qual aquele povo ilustre comprou para o mundo civilizado a vitória da

causa mais justa pela qual ainda se têm batido os homens.

A 2 de Agosto de 1914 recebia a Bélgica o *ultimatum* alemão, e na noite de 3 para 4 já as tropas germânicas transpunham a fronteira belga.

Começa a epopeia.

De 4 a 20 de Agosto, a defesa de Liège, de Namur e do território que se estende entre o Mosa e o campo entrincheirado de Antuérpia; de 20 de Agosto a 27 de Setembro, os retornos ofensivos que irradiam de Antuérpia, como centro; de 28 de Setembro a 6 de Outubro, a defesa do campo entrincheirado de Antuérpia; de 7 a 15 de Outubro, a evacuação de Antuérpia e a hábil e arriscada retirada sôbre o Iser; e, por fim, de 16 a 31 de Outubro, a batalha do Iser, que cortou ao invasor o caminho que devia levá-lo aos ambicionados objectivos de Dunkerque e Calais, e onde o pequeno exército belga se cobriu duma glória imarcessível, ao lado da intrépida 42.ª divisão francesa e dos va-

lentes fuzileiros de marinha do almirante Ron'arch.

A pena é impotente para traduzir a imensa tarefa levada a cabo pelos belgas após esta batalha, sôbre o pequeno, árido e ingrato rincão, último farrapo do território, onde a tradicional perícia técnica do belga acumulou os mais portentosos trabalhos, criando uma insuperável barreira ao teutão com os olhos fitos em Calais, e desferindo daquele último ninho os seus vôos aventurosos para a Terra de Ninguêm e para as linhas alemãs contra as quais investiam nos seus ousados reconhecimentos.

Como em todo o percurso seguido por êste grande povo através da História, ainda uma vez ao entusiasmo do soldado veio aliar-se o fogo sagrado do cidadão, o sereno patriotismo do magistrado e do apóstolo — nas belas personificações de Alberto I, Léman, Max, Lemonnier, Mercier e o malaventurado Dupierreux.

Demos neste ponto a palavra ao emi-

nente Ruy Barbosa, transcrevendo da sua tam eloqüente como fulgurante conferência de Petrópolis (1917), as palavras que se seguem:

«Por sobre essa Flandres, que, com a Italia e a França, constitue a trindade privilegiada, entre todas as nações modernas, na abundancia da originalidade, na distincção do gosto, na venustade eterna das obras primas, pela terra de Van Eyck e de Van der Goes, de Memling e de Justo de Gand, de Gerard David e de Van der Weyden, pela terra de Rubens e de Van Dyck, de Seghers e de Corneille de Vos, de Crayer, de Jordaens, de Teniers, cursam, vai por tres annos, os vendavaes da colera allemã, e o diluvio das armas germanicas braveja de mar a mar, estragando, alluindo, subvertendo. Que importa? Os primores d'arte, as creações do genio, as maravilhas do gosto desapparecem. Mas os invasores passam bem de saude. É para que as suas vidas não periclitem, que se derruem

as Cathedraes, se abatem os mercados, se incendiam as Universidades. É para que os conquistadores não corram o risco de morte nas mãos dos conquistados, que se removem para além-Rheno os quadros, os moveis, os espelhos das cidades belgas saqueadas, que, em certa occasião, setecentos pianos das casas varejadas atulham a estação de Malines, e que se traslada a Berlim o esplendido serviço de instrumentos scientificos da Universidade de Liège.

Assaz tem visto o mundo a parcimonia, com que esses capitães economizam a existencia dos seus commandados. Singular parcimonia! Quando se trata de os amalgamar em massas cerradas, para oppôr a espessura da carniça humana á bateria irresistivel da metralha, não se mede á inutil hecatombe o numero de vidas allemãs que nella debalde se vão sumir. Mas, quando se pretende calar a indignação do universo, dando a razão da sanha das armas teutonicas contra os monumentos consagrados á religião,

á arte ou ao estudo, o estribilho da rhetorica militar é a inviolabilidade sobre todas inviolavel dessas vidas sem preço, com uma só das quaes não seria licito comparar em valor todas as Cathedraes, todas as instituições universitarias, ou todas as bibliothecas do mundo; e então, o attonito universo não tem remedio, senão ceder á evidencia de que os miradoiros dessas torres, as ogivas dessas igrejas, os gabinetes desses laboratorios, os armarios dessas livrarias eram apenas guaritas de espreitadores, armadilhas da traição inimiga, escondedoiros militares, donde a conspiração das populações invadidas, acertando o tiro dos seus canhões, e passarinhando Allemães, guerreava á falsa fé as tropas invasoras».

E não menos descabidas são neste lugar as levantadas, fortes e serenas expressões em que o grande Presidente Poincaré, em Julho de 1919, na Câmara belga, fixou, para todo o sempre, como em bronze, o maravilhoso impulso que

congregou em tôrno dos soberanos belgas, nos dias lúgubres da pátria em perigo, todos os corações como um só coração:

«Nem a invasão, nem as ameaças, nem as violências conseguiram abalar a vossa imperturbável firmeza. Durante longos meses, o vosso Parlamento teve que manter-se silencioso. O vosso palácio foi poluído pela aviltante instalação duma administração alemã. Nas salas do vosso Senado, diante dos retábulos em que Jacques de Lalaing pintou os mais célebres episódios das vossas velhas lutas pela independência, desenrolaram-se os debates monstruosos que desfecharam nas condenações capitais de Baucq e de miss Cawell. ¡E para quantos de vós, dentre os que me ouvis, tinha soado a hora da dispersão — exilados uns, vigiados outros e condenados ao silêncio, outros ainda encarcerados ou deportados! Mas no dia em que a vitória dos Aliados permitiu finalmente que vos tornásseis

a reünir, pudestes verificar que a rajada que passara sôbre a Bélgica nada tinha mudado nas vossas almas e que todas as tentativas do inimigo tinham sossobrado miserávelmente contra a fôrça incoercível da vossa unidade.

Um governador alemão, desnorteado na sua psicologia pelo proceder dos vossos compatriotas, dizia que o carácter belga era um enigma. Tê-lo-ia desnorteado decerto, igualmente, o carácter polaco ou o alsaciano. Não era capaz de compreender os sobressaltos da virtude e as revoltas da liberdade. Não compreendia também que os Belgas são hoje o que já eram no tempo de César, um povo corajoso e altivo, apaixonadamente cioso das suas prerrogativas e tendo, em grau supremo, como vos comprazíeis outrora em proclamá-lo, numa fórmula incisiva e lacónica, o *instinto do torrão.*

A Alemanha multiplicou os manejos e as intrigas para vos dividir e enfraquecer. E afinal apenas conseguiu promover mais estreitamente a aproximação de to-

dos os belgas, flamengos e valões, e fortalecer a integridade nacional.

De ora em diante, já se não tratará apenas de recordar as lutas que os vossos avós sustentaram para a conquista dos direitos comunais e das franquias locais, não serão sómente os nomes representativos de João de Brabante, dos dois Artevelde ou de Filipe o *Bom*, não serão apenas o levantamento de 1790 ou a insurreição de 1830 que balizarão os principais estadios do vosso longo caminhar para a independência e para a liberdade. Os vossos quatro anos de dor e de resistência à opressão coroaram dignamente esta gloriosa história e deram à vossa nação rediviva a consagração do martírio».

O que faz, com efeito, a individualidade inconfundível da Bélgica, mais do que a raça, do que a crença religiosa, do que o carácter específico de uma função social ou política, é a sua unidade moral indestrutível, tal qual se vem ma-

nifestando desde os primeiros contactos com os Romanos até ao soberbo movimento que ergueu a alma nacional diante do colosso teutónico em 1914.

Quando César fez a conquista das Gálias, logo assinalou a superior bravura dos belgas: *fortissimi omnium horum*, os mais valentes de todos estes, isto é, entre todos os que estanciavam dos Pirinéus ao Rheno. São as próprias palavras de que se serve nos seus *Comentários*.

Buduognat, chefe dos Nérvios, e Ambiorix, chefe dos Eburões, surgem-nos no limiar da brilhante Iliada belga, como os dois proto-mártires, os dois Viriatos da raça.

Mas o Romano não é só a conquista, a devastação: é o mestre, o iniciador e foi pela sua mão que os belgas, como os povos da Gália, como os Helvécios, como os Celtiberos, como os Bretões, entraram na civilização.

Porque, não esqueçamos, os Romanos foram civilizadores prodigiosos, e, por

muitos séculos, *romanizar* significou *civilizar*. E foi ainda dentro do quadro da civilização romana que se organizou o Cristianismo, que renovou a Europa e, com a Europa, o mundo.

Com as primeiras hordas germânicas vemo-nos em frente da pan-destruição. Aquedutos, estradas, anfiteatros, tudo é pulverizado pela onda invasora.

É certo que mais tarde o Franco restaura estas ruínas: mas são os Francos de Clodoveu, e Clodoveu era um chefe bárbaro já moldado pelo Romanismo e pelo Cristianismo.

Os primeiros apóstolos tinham semeado a palavra nova na nova terra, desde a época romana, mas os primeiros ceifeiros foram Santo Amândio e Santo Eloi, os doutrinadores da Flandres.

Em tôrno das primeiras ermidas e mosteiros se agrupam êsses povoados que hão-de ser mais tarde os admiráveis focos da civilização flamenga.

Com o feudalismo esplendem novos centros de vida, junto das casas solarengas.

A época senhorial, que se reveste de múltiplos aspectos, também despede um novo brilho. As Cruzadas contam os belgas entre os seus mais fulgurantes paladinos, e são dois dos seus epígonos mais eminentes que projectam para bem longe a civilização belga com a fundação de duas monarquias latinas: Godofredo, em Jerusalem; Balduíno, em Constantinopla.

Mas a terra abençoada não gerava só homens de guerra; do seu seio brotaram êsses heróis do trabalho que criaram os primeiros organismos democráticos com essas comunas que o intercâmbio do Oriente opulentara.

Liège em 1198 rege-se por uma Constituição assente sôbre os princípios do direito público moderno, e essa Constituição irradia breve sôbre todo o principado.

Os Duques de Brabante fomentam um movimento municipalista, confirmado e unificado depois pela Joyeuse Entrée da Duquesa Joana (1356).

Se em Bouvines a ambição francesa

encontra a resistência dos cavaleiros flamengos, tendo à sua frente um Príncipe português, na Jornada das Esporas é já contra os heróis das comunas, contra os chamorros flamengos capitaneados por Coninck e Breydel, que vai pulverizar-se a flor da cavalaria francesa com que Filipe o *Belo* intentara desforrar-se da patriótica hecatombe das *Matinas de Bruges*.

Porque, não devemos esquecê-lo, as lutas sustentadas pelos Belgas contra aqueles que tentaram subjugá-los, não são apenas lutas pela independência, são lutas de princípios.

Como os Suíços em Morgarten, Granson, Morat, como os Italianos em Legnano, e na epopeia do Risorgimento, em Goito, Novara, Mentana, Digione, os Belgas, ao mesmo tempo que se batiam para constituir uma Pátria, procuravam fazer desta uma associação de vontades livres, baseada no direito e no trabalho.

Durante a guerra dos Cem Anos o partido popular, hostil aos Condes de

Flandres, inclina-se para a Inglaterra com Jacques van Artevelde, que paga com a vida, às mãos dos seus, o ódio que lhe votam os nobres conluiados com a alta burguesia; e mais tarde, em Roosebeke (1382), o Leonidas das Flandres, Filipe, vingando seu pai, cai varado pelas balas francesas de Carlos VI naquele primeiro Waterloo das comunas.

Com o advento da casa de Borgonha, o pensamento de reconstituir um grande Estado entre a França e a Alemanha, uma nova Lotaríngia, acusa-se em Filipe o *Bom* e define-se com Carlos o *Temerário,* que morre em Nancy, em meio dos seus projectos, ao passo que as rivalidades das comunas levavam a arraia miuda de Gand ao desastre de Gavre (1452), onde com a morte do seu chefe, o pedreiro Lieven Bouc, um Mazaniello flamengo, ficaram sepultadas as últimas liberdades populares.

No período borgonhês a civilização flamenga atinge o ponto culminante: as indústrias da tecelagem, tapeçaria, rendas

e armaria; uma escola de pintura que, com os van Eyck, Memling, van der Weyden e van Orley, exerce no mundo uma indisputada hegemonia; génios como Dufay, Ockenheim e Josquin des Près, que, na música, abrem o caminho a Palestrina e a Bach; ¿quantos povos poderão ufanar-se de ter subido tam alto?

A ascensão da casa de Áustria assinala o sangrento e agitado período das guerras de religião.

Os Países-Baixos, espesinhados pelo despotismo hispano-austríaco, erguem-se num movimento de revolta digno dos seus melhores dias, inscrevendo no seu martirológio os dois belos nomes de Egmont e Hornes, ao mesmo tempo que as Províncias-Unidas, sacudindo o jugo, preludiam, no seu movimento de emancipação, a Holanda futura.

O tratado de Munster (1648) estabelece a liberdade religiosa que a Bélgica frui, mesmo sob o domínio espanhol, até que a convenção de Rastadt (1714) transfere para a Áustria os Países-Baixos espa-

nhóis, que ainda não esqueceram os belos dias de Maria Teresa e do seu lugar-tenente Carlos de Lorena, que tanto impulsionaram, e em todos os sentidos, os progressos da nova província austríaca.

A Revolução Francesa, no seu proselitismo guerreiro, no seu velho atavismo nacional anti-austríaco e em prosseguimento da conquista da Flandres francesa por Luís XIV, tinha de arrebatar à sua tradicional inimiga os Países-Baixos austríacos, anexados à República porque assim o exigia «a justiça, a política, a urgência da paz, *e, sobretudo, a restauração das nossas finanças*», para nos servirmos dos próprios termos do relatório da Junta de Salvação Pública, e perfilhando a expressão grifada — que é do ilustre escritor militar suíço Lecomte —, pela incisiva franqueza com que se presta homenagem à riqueza e opulência da privilegiada região que assim se encorporava.

Com o Império, o primeiro Napoleão faz de Antuérpia o centro da sua acção ofensiva contra a Inglaterra, pensamento

que a Alemanha procurou realizar na Grande Guerra.

O Congresso de Viena reüne a Bélgica e a Holanda num só Estado, sob a soberania de Guilherme I de Orange. O novo soberano não soube captar a Bélgica, tentando «neerlandizá-la» à fôrça, e provocando entre os belgas a reacção que havia de desfechar no singular movimento de 1830.

Singular dissemos nós e justificadamente poderíamos também cognominá-lo de imprevisto.

Pois o certo é que foi a Grande Guerra quem fez da Bélgica artificial de 1830 uma verdadeira nação insuflada dum só espírito, uma só alma.

Na verdade, embora o facto seja geralmente ignorado, a Bélgica foi uma criação das chancelarias, e não foi decerto com pequena surprêsa que Rogier e Gendebien se viram guindados à inesperada condição de fundadores de um novo Estado.

Quando estes dois bravos caudilhos

marcharam com os seus homens para dar as mãos ao Brabante, velho inimigo, só os impulsionava um espírito de reacção contra o despotismo neerlandês, e punham o melhor das suas ambições numa pura e simples encorporação à França, para a qual os atraíam as suas afinidades gaulesas.

Mas esta eventualidade despertou o ciume da Áustria, Gran-Bretanha, Prússia e Rússia, às quais um engrandecimento da França não agradava.

E, dêste modo, os criadores da moderna Bélgica ajungiram-lhe o país flamengo com a sua capital, Antuérpia, pois era indispensável que esta região ficasse fazendo parte do novo e pequeno Estado que se erguia entre o galo francês e a águia germânica. Claro é que os flamengos não foram consultados para o caso, entrando na nova sociedade talvez contrariados, dada a sua visível e crónica simpatia pelo alemão, irmão de raça.

«Flamengo», com efeito, é uma coisa e «flamingante» é outra: se o primeiro

é apenas um grupo regional, linguístico e étnico, o segundo é uma criação do espírito de partido e o auxiliar dócil do pangermanismo ocidental. E isto mesmo se patenteou com clareza na forma diversa por que valões e flamengos foram tratados na invasão de 1914, caindo todas as fúrias sôbre os primeiros, e poupando-se os segundos quanto o permitiam as contingências da terrível irrupção.

E manda a justiça histórica registar que a Bélgica de 1914 com a soberania mutilada que, sob a forma de neutralidade perpétua, lhe foi conferida pelas potências que a criaram, soube pelo seu heroísmo incomparável resgatar-se da condição precária que presidiu à sua formação, com uma magnanimidade que surpreendeu o mundo, mas que decerto estava latente e adormecida nas camadas mais recônditas do espírito da raça.

Nesse espírito reside a verdadeira unidade e a grandeza da Bélgica, que ela debalde procuraria encontrar quer na ho-

mogeneidade étnica, quer na dos territórios que a compõem, mesmo apesar da leve rectificação que lhe trouxe o tratado de Versailles (1919), anexando-lhe os dois Moresnet (o neutro e o prussiano), e os *círculos* de Eupen e Malmédy.

A liberdade do Escalda, que é a corda sensível do «irredentismo» belga, ficou ainda sem solução.

O grande pôrto comercial e militar de Antuérpia subsistirá mutilado nas condições do seu desenvolvimento até o dia em que, sob o patrocínio das grandes nações, que mais beneficiaram com o heróico sacrifício da Bélgica, esta possa encetar com a Holanda, de um modo efectivo, as difíceis negociações que devem conduzir à realização daquele *desideratum*.

Com a posse de Maestricht (indispensável à segurança de Liège), e de uma parte, pelo menos, do Luxemburgo, com a sua capital, ficariam satisfeitas as tradicionais e legítimas aspirações do povo

belga e corrigida a fronteira artificial do tratado belga-holandês de 1839.

*

Se a Grande Guerra estabeleceu, entre portugueses e belgas, essa confraternidade indestrutível entre homens que se batem pela mesma causa, em paragens tam distanciadas como as planícies do Nordeste francês e as terras ardentes do Leste africano alemão, justo é lembrar que uma tal confraternização é apenas um elo novo a juntar à brilhante e velha cadeia que prende portugueses e flamengos desde os inícios da nossa nacionalidade.

Com efeito, já antes da constituição do Estado português, em pleno século x, os flamengos levados pelo fervor religioso que a presença dos muçulmanos no sul europeu mais acendrara nas nações cristãs, vinham em romagem ao grande santuário de Santiago de Compostela, que era como que uma espécie de Meca do Cristianismo.

Esta onda de peregrinos era movida por impulsos de natureza vária. Vinham os que uma devoção sincera arrastava; vinham os romeiros assalariados por aqueles que, por qualquer motivo, não podiam cumprir a romagem; e vinham, finalmente, os romeiros penitenciados, para os quais a peregrinação constituía um castigo imposto pela justiça.

Entre os peregrinos assalariados não faltavam homens que aproveitavam a longa viagem para associar os interêsses materiais aos espirituais, afastando-se do itinerário das peregrinações votivas para adoptar outro que lhes permitia alargar a esfera das suas especulações.

«O grande caminho de Espanha» (consignam-no os documentos do tempo) partia de Bruges, seguindo por Tournai, Douai, Arras, Bapaume, Pérone, Compiègne, Paris, Orleans, Tours, Limoges, Bordéus, Pamplona, Burgos, Lião e S. Tiago.

A variante adoptada para o tráfego comercial passava por Saragoça, Madrid,

Toledo, rio Tejo abaixo, Lisboa, e, através da parte mais rica do futuro Portugal, até à Galiza.

A tarifa alfandegária da portagem de Bapaume, de 1202, já nos diz quais os géneros peninsulares que constituíam a base das transacções: as amêndoas, os figos, as romãs, as uvas passàs,—frutos que a Península produzia então como hoje.

O ilustre Guicciardini no meado do século XVI enumerava os géneros que então permutávamos com a Flandres.

Aos produtos já mencionados vinham agora acrescentar-se os que devíamos ao Oriente, à África, ao Brasil: pedras preciosas, pérolas orientais, ouro, especiarias; drogas, âmbar, almíscar, marfim, ruibarbo, aloés, azul de esmalte, algodão, perfumes, açúcar de S. Tomé, do Brasil; vinho da Madeira, a *radice della Cina*, pastel, orchis, não falando, já se vê, no sal, azeite e frutos secos.

Em troca recebíamos de Antuérpia o cobre, bronze, latão não trabalhado,

chumbo, panos diversos (tanto da Flandres, como da Inglaterra), sarjas de todas as qualidades, tapeçarias, teias, chamalote, linho, fio, cera, pez, ruiva tintorial, sebo, enxôfre, trigo, carne e peixe salgado; manteiga, queijo, quinquilharia, tecidos de sêda, filosela, etc.; ourivesaria, armas, munições, móveis e utensílios domésticos.

Os romeiros-comerciantes do século XIII, feitas as suas devoções e vendidos os seus panos e teias, regressavam à pátria, quer embarcando em Bilbau, quer no Pôrto, depois de se terem desfeito, nas condições mais remuneradoras, das suas carroças e dos cavalos.

O grande movimento das Cruzadas veio ainda multiplicar estas relações.

Os povos ribeirinhos do Mar do Norte, flamengos, alemães, ingleses e escandinavos, principalmente, começaram a fazer de alguns pontos da nossa costa, estações de escala forçada na sua rota para a Síria. E assim foi, que algumas das mais importantes operações da Recon-

quista portuguesa tiveram os flamengos como eficazes colaboradores.

Lisboa, em 1147, caía nas mãos de Afonso Henriques, graças ao concurso dos homens do Norte alistados na segunda Cruzada; e, entre êsses homens, ocupavam um lugar eminente os flamengos capitaneados pelo Conde Arnoldo de Aerschot.

E foram ainda os flamengos da terceira Cruzada, em 1188, que auxiliaram Sancho I a tomar Silves, como os da quinta, mais tarde, em 1217, auxiliariam as tropas de Afonso II na conquista definitiva de Alcácer do Sal.

Estes flamengos não limitaram a sua acção a uma cooperação militar. Muitos fixaram-se em Portugal como colonos e valiosos elementos de população, outros ascenderam a altos cargos da Igreja portuguesa.

Estas relações foram, decerto, um factor importante nas alianças de sangue que logo se estabeleceram. Uma filha do nosso primeiro monarca consorciou-se

com o Conde de Flandres, Filipe de Alsácia, e foi a primeira da série das Condessas de Flandres, de sangue português. Era esta a Condessa Matilde, a Mahaut dos flamengos, sendo provável que à sua influência se devesse o casamento do Infante D. Fernando, o Ferrand dos escritores belgas, com a Condessa de Flandres, Joana de Constantinopla.

O Infante português, como se sabe, bateu-se leoninamente em Bouvines, facto que, por bastante conhecido, não temos que esmiuçar aqui.

Ao passo que se estreitavam estes laços de parentesco entre Príncipes, o movimento comercial entre os dois países acentuava-se.

Já nos nossos primeiros reinados os mercadores portugueses estabeleceram contacto com os flamengos nas feiras da Champagne.

A tarifa de Bapaume, de 1202, demonstra a existência de um intercâmbio luso-flamengo já activo, naquele ano, sendo certo que os portugueses começaram a

afluir à Flandres, e a fixarem-se em Bruges, no século XIII, organizando ali feitorias e alcançando dos soberanos privilégios que davam a medida da sua influência.

No mesmo século freqüentavam a feira de Lille, como sabemos duma referência feita numa Carta da Condessa Margarida de Constantinopla.

Nos fins do mesmo século, os mercadores portugueses representam os negociantes alemães da Hansa nas reclamações por estes feitas ao Conde Guido de Dampierre.

Pouco tempo depois dêste facto, os mercadores portugueses alcançam do mesmo Conde a sua intervenção junto do Govêrno Inglês para obter dêste providências a propósito de hostilidades irregulares havidas contra navios portugueses.

Êm 1281, são os comerciantes alemães de Lubeck que apoiam os nossos junto do Conde de Dampierre contra o senhor de Ghistelles e de Wormezelles, arrendatário dos direitos de pesagem da cidade

de Bruges, obtendo que justiça lhes fôsse feita.

Em 1355, sabemos da existência de privilégios sôbre o comércio de panos concedidos a mercadores nossos em Flandres pela Condessa Margarida de Hainaut, privilégios extensivos aos de Castela e Aragão.

Com o século XV as relações políticas e comerciais progridem paralelamente, apesar do grande duelo da guerra dos Cem Anos e das oscilações e desastres que então sofremos.

A acessão da casa de Avis assinala, talvez, o apogeu da amizade luso-flamenga.

Em 1430 é celebrado o casamento de Filipe o *Bom,* Duque de Borgonha, com Isabel de Portugal, filha de D. João I. Nestas bodas, cuja magnificência retumbou entre as festas esplendorosas que assinalaram a casa de Borgonha entre todas as do seu tempo, foi criada a Ordem do Tosão de Oiro, sendo para notar que o Duque, que casava pela ter-

ceira vez e teve uma prole inumerável de bastardos, adoptasse então a célebre divisa: *aultre n'aurai.*

A embaixada flamenga, que veio pedir a mão da nossa princesa, trouxe-nos um dos maiores génios que tem produzido a pintura, o célebre João Van Eyck, encarregado de fazer o retrato da noiva.

A nova Duquesa de Borgonha não foi de modo algum uma figura apagada, mesmo naquela côrte, que então era um centro político de primeira ordem, e dava, em muitos pontos, leis à Europa.

Um escritor belga faz logo notar a discrição da Princesa na circunstância de se rodear de uma comitiva em que o elemento português figurava em minoria, e isto para não despertar emulações ou desconfianças de outro modo inevitáveis.

O Duque não tomou muito a sério a sua divisa, mas a inteligência da Duquesa e a sua bondade permitiram-lhe manter intacta a estima do Duque, e até uma influência que êle soube hábilmente aproveitar como soberano.

Filipe o *Bom,* fazendo inteira justiça ao tacto e firme bom senso de sua mulher, confiou-lhe quási completamente as mais delicadas negociações diplomáticas.

Fale por nós Mr. Godin, do qual transcrevemos os seguintes períodos do seu estudo *Rapports entre la Flandre et le Portugal de 1094 à 1682:*

«Em 1435, realizaram-se as conferências de Arras, às quais assistiram os embaixadores do Imperador Sigismundo, dos reis de Castela, Aragão, Portugal, Navarra, Nápoles, Sicília, Chipre, Polónia, Dinamarca, dos Duques de Bretanha e de Milão, da França e da Inglaterra, vários cardiais, muitos bispos, entre os quais o de Liège, Deputados da Universidade de Paris e de muitas das *boas cidades de França,* Flandres, Hainaut e Holanda, assim como um grande número de doutores em teologia e direito. Tratava-se de restabelecer a paz, principalmente entre a França e a Borgonha; e êste Congresso

é um dos mais famosos na história da antiga diplomacia portuguesa europeia. Isabel apresentou-se ali com desusada magnificência.

Novas conferências para a paz se abriram em Gravelines, em 1439; a Duquesa ali compareceu novamente.

Em 1440 foi ao encontro do Duque de Orleans, que voltava do cativeiro e para cuja libertação ela trabalhara mais do que ninguêm.

Em 1441 visitou o rei em Laon, queixou-se de que vários artigos do Tratado de Arras tivessem ficado letra morta, e manteve uma linguagem firme e digna.

No ano de 1442, o Imperador Frederico atravessou o Franco-Condado. Isabel fixou-se em Besançon durante a estada do Imperador, que foi solenemente ao seu encontro, e se conservou junto da sua liteira, como um simples Conde.

O rei de França, em 1445, achava-se em Châlons-sur-Marne onde o chamara um negócio muito grave.

Apesar da influência da casa de Anjou,

êle queria dissipar as razões de descontentamento que o Duque de Borgonha podia ter contra a França e evitar assim a guerra prestes a estalar. Decidiu-se ainda encetar novas conferências com a Duquesa Isabel, a quem seu marido, depois da paz de Arras, entregava confiadamente as negociações mais melindrosas, pois que à sagacidade e à prudência mais consumadas aliava aquela graça que é um privilégio do seu sexo, e que desarma todas as resistências sem ferir o orgulho do adversário.

De volta duma viagem que fizera à Holanda, para tentar reconciliar os *Hameçons* e os *Cabliaux* (*sic*), dirigiu-se a Châlons no começo de Maio de 1445. A paz foi momentâneamente assegurada.

Isabel, munida de plenos poderes, restituíu generosamente ao Duque Renato de Lorena, o enorme resgate que em 1436 seu marido lhe arrancara, e reparou, com êste acto de magnanimidade, o dano que esta extorsão causara à reputação de Filipe.

Em 1447, é ainda a Duquesa que assina uma trégua de quatro anos com os ingleses.

Em 1456 quando o Delfim, o futuro Luís XI se refugiou em Bruxelas, a Duquesa recebeu-o e tributou-lhe as maiores considerações».

Esta recepção, diga-se a título de curiosidade, serviu de pretexto, se não de objecto principal, a um livro famoso no seu género — *Honneurs de la cour de Bourgogne* — devido a uma dama ilustre de sangue português, Leonor de Poitiers, filha de Isabel de Sousa, que a nossa Duquesa de Borgonha levara na sua comitiva para a Flandres, e mulher de João de Poitiers, senhor d'Arcis-sur-Aube.

Êste livro foi reimpresso juntamente com as memórias de *La Curne de Sainte-Palaye* sôbre a antiga cavalaria.

Á nossa insigne Princesa, que tam notável papel desempenhou na diplomacia do seu tempo, como acabamos de ver, parece dever-se a iniciativa que conduziu

à colaboração do elemento flamengo na colonização do arquipélago açoreano.

Prescindindo das informações imprecisas e pouco seguras que Martim de Bohémia inseriu no seu famoso *globo* de 1492, resulta do conjunto da deficiente e fragmentária documentação do tempo, que a mãe de Carlos o *Temerário* não podia deixar de intervir, como Duquesa de Borgonha, na introdução de elementos flamengos nas novas ilhas que a audácia marítima dos portugueses tinha patenteado à curiosidade geográfica e à actividade económica da Europa.

Não é intenção nossa discutir neste lugar o problema do descobrimento e primitiva colonização dos Açôres, cuja definitiva solução ainda vem longe, apesar das múltiplas e porfiadas investigações de que tem sido objecto esta questão, ainda hoje tam obscura.

O descobrimento dos Açôres pelos flamengos parece ter já entrado no domínio da lenda.

Os mais seguros de entre os modernos

escritores belgas, que se têm ocupado do assunto, não hesitaram em repudiar as fábulas correntes, por mais que elas lisonjeassem o seu patriotismo.

Se as ilhas Açoreanas chegaram a ser designadas pela denominação genérica de ilhas Flamengas, primitivamente conferida sómente à do Faial (a julgar por uma carta de Martim de Bohémia de 1494, dirigida para Nuremberg), sabe-se hoje muito bem que o facto assenta e se justifica nas circunstâncias da primitiva colonização, e, de modo algum, numa pretendida prioridade do descobrimento flamengo.

Também não se renovará aqui a velha controvérsia sôbre o descobrimento ou redescobrimento, pelos portugueses, dos nossos dois arquipélagos Atlânticos, a que estão ligados os nomes de Zarco e Gonçalo Velho.

Que estes arquipélagos saíram de vez dos nimbos da lenda flutuante para as certezas da aquisição scientífica pelo nosso esfôrço; que fomos os seus primeiros ha-

bitadores e valorizadores; eis o que importa e o que, sériamente, ninguêm nos poderá contestar.

Não será de mais acentuar quanto, neste último ponto, se deve ao Infante D. Henrique, a quem a posteridade devia coroar com o epíteto de *Colonizador*, de preferência ao cognome de *Navegador*, que o consenso universal lhe atribui.

Numa conferência realizada no Ateneu de Madrid pelo nosso insigne escritor Oliveira Martins e que depois, em 1892, viu a luz pública, em francês, se estabelece com toda a evidência a prioridade portuguesa no sistema da colonização moderna, desde os processos da exploração agrícola até à constituição das «companhias majestáticas», de que os ingleses souberam modernamente tirar um tam brilhante partido na exploração da África Meridional.

O nosso arquipélago Açoreano deve as primeiras tentativas da sua colonização ainda ao impulso do Infante, impulso continuado pelos primeiros donatários, Gon-

çalo Velho, o Infante D. Pedro e o 1.º Duque de Bragança.

No mesmo sentido do movimento iniciado por nós se integraram os esforços da colonização flamenga, esboçada na ilha Terceira pelos meados do século xv por Jácome de Bruges, ao que parece; na ilha de S. Jorge, por Guilherme van der Haegen, ou da Silveira, na sua ulterior forma portuguesa; no Faial, por Josse de Hurtere (Joz de Utra).

O activo colonizador flamengo de S. Jorge, que fundou na parte leste desta ilha a vila do Tôpo, foi mais tarde atraído ao Faial por Hurtere que parece tê-lo enganado, o que o determinou a prosseguir a sua obra na ilha Terceira, e depois na das Flores, onde esteve sete anos, regressando finalmente ao seu ponto de partida — a ilha de S. Jorge.

Dêstes núcleos de colonização foi certamente o mais numeroso o que se fixou no Faial, com predomínio e influência que assaz justificam o nome de «Neu Flandern» com que a ilha figura no *globo* de 1492.

Esta afluência do elemento flamengo encontra fácil explicação na preexistência de velhas relações comerciais luso-flamengas, nos novos laços criados pelo advento de uma soberana portuguesa ao trono de Borgonha, e talvez pelas dificuldades que acompanharam a valorização das ilhas novamente descobertas, e nos faziam aceitar de bom grado a colaboração de um povo estranho, mas ao qual nos ligavam radicadas simpatias e interêsses.

Podemos aceitar também, neste ponto, a explicação da legenda inscrita no *globo* de Nuremberg, e segundo a qual o êxodo flamengo procedia igualmente das revoltas e fomes que assolavam a Flandres, e do atractivo que sôbre os emigrantes exerciam o clima agradável e a notória fertilidade das novas terras.

Ao fim de quarenta anos os novos povoadores tinham-se aportuguesado a ponto de perderem o uso da língua materna.

Mas os vestígios que sobrevivem desta primitiva infiltração estão bem claros, já

nas designações topográficas (ribeira dos Flamengos, aldeia dos Flamengos, no Faial), já nos nomes de família que se conservaram com maior ou menor pureza.

Não nos furtamos a transcrever a sugestiva descrição que o conhecido geógrafo d'Avezac nos oferece da aldeia flamenga do Faial:

«A parte mais bem cultivada da ilha é a que se estende nas vizinhanças da capital (Horta); ali pode ver-se o magnífico vale dos Flamengos, ao qual se chega subindo o leito duma torrente que atravessa a parte ocidental da cidade; os flancos são encantadores e mudam constantemente de aspecto; à distância de cêrca de meia milha, o vale parece fechado por uma barreira de rochedos, do alto dos quais a água se precipita em cascata.

Depois de subir por muito tempo na mesma direcção através de lugares sempre agradàvelmente variados, atinge-se finalmente o local onde se ergue a pri-

meira estação flamenga; a uma certa distância já a vista se compraz em descortinar os sinais da acção do homem e da fecundidade do solo, oferecendo um carácter diverso de toda a região circunjacente, e fazendo lembrar muito mais uma paisagem suíça do que um recanto açoreano. É uma vasta, rica e fértil planície, semeada de longe em longe de lindas casas brancas, que scintilam aos raios do sol. Os habitantes oferecem ainda, na sua beleza física, traços evidentes da sua origem flamenga; conservam os costumes e restos da língua dos seus antepassados (afirmativa contestada por Baudet); herdaram também uma parte da sua indústria, e o seu vale sempre se manteve, de geração em geração, num estado de cultura muito perfeita, e de tal modo que o solo dá hoje colheitas cuja abundância surpreenderia os nossos rendeiros mais experimentados».

Emquanto nós iniciávamos nos Açôres o sistema da colonização moderna,

os navegantes não paravam na sua faina, e João II, prosseguindo a obra do Infante, punha-lhe o remate com as admiráveis expedições de Pero da Covilhã e Bartolomeu Dias, que nos deram a chave do caminho da Índia e nos levaram às emprêsas do Gama, Cabral e Magalhães.

O domínio da Ásia determinou uma rápida deslocação das artérias comerciais do globo. Tam rápida que, pouco depois da viagem do Gama, o sagaz e penetrante Machiavelli, então secretário da legação florentina em Veneza, escrevia para a sua pátria: «os preços das especiarias armazenadas no Adria caíram para menos de metade».

Era a ruína de Veneza, que até então concentrara nos seus cais, agora estagnados, as mercadorias que da Ásia lhe vinham pela Síria e pelo Egipto.

A grande recoveira da Idade Média, a gloriosa República das Lagunas, por cujas mãos passava o caudal das riquezas orientais, que ela fazia irradiar sôbre a Europa Central pelo Rheno até ao Mar

do Norte, perdera o scetro do comércio, agora na posse de Lisboa, o grande empório ocidental. Daqui, como de um novo centro, partiam as especiarias e os produtos do Oriente longínquo para as feitorias que a nossa actividade comercial já estabelecera no Norte da Europa, e dentre as quais se extremavam, pela sua importância, a de Bruges e a de Antuérpia, que a pouco e pouco suplantara a sua predecessora.

Já em 1503 chegavam a Antuérpia os primeiros navios portugueses carregados com as primícias da Índia. Para o novo foco mercantil afluíam, com os nossos feitores de Bruges, os grandes potentados da Banca internacional, os Fugger, os Welser, os Galteroti, os Bouvisi e os Spinola.

A nossa feitoria atingiu então um grande esplendor, constituindo, no dizer do erudito escritor Sr. Joaquim de Vasconcelos, «a primeira e a melhor escola da diplomacia portuguesa no século XVI».

Mas não se reduz só a isto, que já é

muito, o grande papel desempenhado pela feitoria portuguesa de Flandres, papel que o mesmo autor foi o primeiro a pôr em relêvo, como tantos outros pontos que interessam à história da nossa actividade técnica, artística e literária daquele século.

Pela feitoria corriam os negócios mais complexos, cabendo-lhe, entre outros, a inspecção de tudo quanto se relacionava com a vida dos nossos pensionistas que cursavam as Universidades de Lovaina e Paris, entre os quais é justo lembrar a pleíada ilustre dos Gouveias, que tam alto renome alcançaram, no seu tempo, como pedagogos e humanistas.

André de Gouveia depois de se ilustrar como principal (le plus grand principal de France, lhe chamou Montaigne) no Colégio parisiense de Santa Bárbara e no Colégio bordelês de Guyenne, veio, em 1548, tomar a direcção do Colégio das Artes, de Coimbra, sucedendo-lhe, a pouco trecho, seu primo Diogo de Gouveia.

Os feitores não eram estranhos ao movimento da arte, que acompanhavam com solicitude inteligente.

¿Que melhor prova do que a magnificência principesca com que receberam um artista da estatura de Dürer, que, aliás, lhes pagou com a mesma generosidade em produtos do seu génio artístico, desenho, quadros, gravuras?

Os nossos agentes puderam rivalizar (e decerto não é dizer pouco) com as liberalidades dos Portinari, que representavam os Médicis, e as dos Haller e Stecher, representantes dos Fugger.

Os serviços literários dos feitores são assinalados, e mostram com que inteligência e patriotismo, na brilhante radiação do Renascimento, êles colaboraram na difusão de obras primas da literatura nacional coeva. Por seu intermédio os principais prelos da Europa estamparam as obras dos nossos humanistas e dos nossos grandes escritores. Em Lovaina, Antuérpia, Colónia, Basileia, Génova, Paris, Lyon, Bolonha, Veneza, Roma, Fer-

rara, imprimem-se as obras de Aquiles Estaço, António Gouveia, André de Resende, Pedro Nunes, Damião de Góis, Jerónimo Osório, Diogo de Teive; e, no próprio texto português, as obras de Bernardim Ribeiro, Jorge de Montemor e Cristóvão Falcão, saídas das oficinas de Colónia, graças ao editor-impressor Birckmann, cujos valiosos serviços põe em justo relêvo o eminente investigador já citado.

Algumas daquelas obras contêm dedicatórias a mercadores portugueses residentes em Antuérpia, sede da feitoria.

A história registou servidores mais espectaculosos, mas certamente menos prestadios e úteis do que os portugueses, que tam bem e tam eficazmente serviram o seu país nas feitorias de Flandres.

Apontar alguns dêstes modestos nomes — os de Diogo Fernandes, Tomé Lopes, Afonso Martins Tibão, Francisco Pessoa, Silvestre Nunes, Lourenço Lopes — é simples justiça, é quási uma reparação.

Não poderemos encerrar melhor esta parte do nosso trabalho do que transcrevendo as palavras finais do artigo do Sr. Joaquim de Vasconcelos, a que já mais de uma vez nos reportámos:

«Um modesto feitor, ajudado apenas por um ou dous escrivães e com meios relativamente modestos, fez então mais, em beneficio do nome portuguez, do que embaixadas opulentissimas.

Infelizmente, a gloria da feitoria foi curta. Em 1488 servia o feitor de Portugal Diogo Fernandes de intermediario a Maximiliano de Austria, que sollicitava de D. João II os seus bons officios para a paz com el-rei de França.

O principe portuguez offerecia logo depois cem mil ducados de ouro para resgatar o seu illustre parente do captiveiro de Bruges.

Isto succedia em 1488, mas em fins de 1522 já Lourenço Lopes, outro feitor de Flandres, escrevia de Antuerpia ao secretario d'el-rei, Antonio Carneiro, ex-

pondo o aperto em que estava, não podendo pagar o que por lá se devia, a ponto de o fazerem jurar em juizo que não sahiria de Flandres sem pagar. Ainda não havia um anno que El-Rei D. Manoel, o *Venturoso,* era fallecido.

A feitoria portuguesa em Flandres vêmo-la assim agonizar e morrer.

Mas não morrem com ela os velhos laços que nos prendem ao torrão flamengo, laços não só comerciais, artísticos, políticos, mas laços morais, dos que vão buscar a sua origem às mais profundas simpatias, e de que, já em 1542, fôra um sugestivo exemplo a nobre atitude de Damião de Góis, defendendo Lovaina à frente do batalhão universitário, *Academica autoritate,* do assédio pôsto pelo general francês Longueval e por Van Rossem, chefe do exército do Duque de Gueldre.

Com o advento da casa de Áustria ao trono de Espanha vemos duas soberanas-consortes dos Países-Baixos, ambas

de sangue português: uma, filha; a outra, neta do Rei Venturoso. Referimo-nos à Infanta D. Isabel, que veio a casar com Carlos V, e à Infanta D. Maria, consorciada com o Príncipe D. Filipe, o futuro Demónio do Meio Dia.

Depois da Restauração (1640), três fidalgos de estirpe portuguesa, que renegaram da sua pátria, agora livre, desempenharam as funções de governadores dos Países-Baixos espanhóis. Foi o primeiro D. Francisco de Melo, um Bragança, que não hesitou em colocar-se ao lado da Espanha, e a cuja intervenção ignominiosa se deve a prisão do Infante D. Duarte, que tam distinta e lialmente figurara na guerra dos Trinta Anos, tendo merecido do Imperador Fernando III a patente de *General mor de batalha*.

É verdade que ulteriormente, em 1642 e 1643, resgatou, em parte, êste mau feito com a valentia incontestável de que deu provas na brilhante vitória de Honnecourt, esmagando os franceses, e na famosa batalha de Rocroi, em que coman-

dou o exército espanhol contra o Duque de Enghien, mais tarde o grande Condé.

E assim, mau português e soldado intrépido, quadra-lhe bem o dizer com que o nosso épico imortal flagelou o ínclito Magalhães:

> «. . . . . no feito com verdade
> Português, porêm não na lialdade».

Foram os outros dois o segundo Marquês de Castelo Rodrigo, D. Manuel de Moura e D. Francisco de Moura Côrte Rial, ambos descendentes do tristemente célebre Cristóvão de Moura.

Tais são, rápidamente esboçadas, as efemérides mais notáveis que balizam a história da velha amizade luso-flamenga.

E não deixa de ser interessante vermos como o pensamento generoso e patriótico de uma «Aldeia Portuguesa» em terra de Flandres, destinada a memorar o último estadio desta amizade — a nossa cooperação militar ao lado das potências da Entente —, tendo brotado espontâneamente da alma da nação, veio a ser,

sem que em tal se pensasse, a repercussão, por antítese, daquela «Aldeia Flamenga», descrita por d'Avezac, que nós vimos surgir numa das ilhas mais formosas do arquipélago Açoreano em meio de uma população portuguesa, em terra portuguesa, ao declinar do século XV.

Lisboa, Junho de 1920.

1416541
BIBLIO
PORTUGAL NA QUADRELA FLAMENGA